

ARTIGOS PUBLICAÇÃO CONTÍNUA

Pedro Augusto Dall'Oglio Bergamaschi¹
Günther Richter Mros^{II}

Contestação e obstrução: Argentina e Brasil no sistema interamericano (1933-51)

Contestation and obstruction: Argentina and Brazil in the inter-American system (1933-1951)

RESUMO:

O presente artigo compara dois momentos da política externa sul-americana para discutir os limites da autonomia no sistema interamericano. Entre 1933 e 1945, a Argentina sustentou uma neutralidade ativa e contestou a liderança dos Estados Unidos, colocando a soberania como eixo de sua diplomacia. No imediato pós-guerra, entre 1946 e 1951, o Brasil de Eurico Gaspar Dutra adotou um alinhamento quase automático com Washington, ao mesmo tempo em que exercia uma obstrução sistemática às iniciativas argentinas de integração lideradas por Juan Domingo Perón. A pesquisa, de caráter indutivo, combina análise de fontes primárias e secundárias para examinar como esses dois “nãos” foram recebidos pelo sistema interamericano. O contraste entre os casos revela destinos opostos: a contestação argentina foi punida com isolamento, ainda que tenha reforçado a coesão interna, enquanto a obstrução brasileira foi recompensada com prestígio imediato, sem gerar benefícios materiais duradouros, aprofundando a dependência estrutural. A contribuição central do estudo consiste em demonstrar que o sistema interamericano funcionava de forma seletiva, recompensando a obstrução que reforçava sua lógica e punindo a contestação que a desafiava. Ao comparar os dois casos, o artigo evidencia os dilemas da autonomia latino-americana no século XX e explica por que a região perdeu oportunidades históricas de articular projetos próprios de integração. Além disso, contribui para a literatura comparativa sobre América Latina, ao mostrar como estratégias de contestação e obstrução moldaram trajetórias políticas regionais e delimitam as possibilidades de autonomia frente à hegemonia norte-americana.

Palavras-chave: Diplomacia da obstrução; Política externa; Sistema interamericano; Autonomia

ABSTRACT:

This article compares two moments in South American foreign policy to examine the limits of autonomy within the Inter-American system. Between 1933 and 1945, Argentina pursued active neutrality and challenged U.S. leadership, placing sovereignty at the center of its diplomacy. In the immediate postwar years, from 1946 to 1951, Brazil under Eurico Gaspar Dutra followed an almost automatic alignment with Washington while systematically obstructing Argentine initiatives for regional integration led by Juan Domingo Perón. The research adopts an inductive approach, combining primary and secondary sources to analyze how these two “no’s” were received by the inter-American system. The contrast between the cases reveals opposite outcomes: Argentine contestation was punished with isolation, although it reinforced internal cohesion, whereas Brazilian obstruction was rewarded with immediate prestige, without producing lasting material benefits and deepening structural dependence. The central contribution of this study is to demonstrate that the Inter-American system operated selectively, rewarding obstruction that reinforced its logic while punishing contestation that challenged it. By comparing these cases, the article highlights the dilemmas of Latin American autonomy in the twentieth century and explains why the region missed historical opportunities to develop its own integration projects. Moreover, it contributes to the comparative literature on Latin America by showing how strategies of contestation and diplomacy of obstruction shaped regional political trajectories and defined the possibilities of autonomy in the face of U.S. hegemony.

Keywords: Diplomacy of obstruction; Foreign policy; Inter-American system; Autonomy

¹ Graduando em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil.
pedrobergamaschi09@gmail.com,  <https://orcid.org/0009-0008-3715-7024>

^{II} Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Maria; Professor, Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil.
gunther.mros@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0002-1111-0956>

INTRODUÇÃO

A consolidação do sistema interamericano, entre as décadas de 1930 e 1950, ocorreu sob intensa disputa política e diplomática. No período, os Estados Unidos afirmaram-se como potência hegemônica no hemisfério e, a partir de 1945, no contexto da bipolaridade com a União Soviética. Esse processo tem raízes na crise econômica mundial e no esforço de coordenação continental debatido na Conferência Pan-Americana de Montevideu, em 1933, aprofunda-se no contexto da Segunda Guerra Mundial e, por fim, ganha novo sentido na emergência da Guerra Fria. A trajetória resultou em uma forte institucionalização, visível em marcos como a Ata de Chapultepec (1945), que formalizou a ideia de solidariedade continental, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR, 1947), que vinculou segurança regional à lógica da Guerra Fria e a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA, 1948). Nesses espaços, consolidou-se a expectativa de que os países latino-americanos compartilhassem a lógica da segurança coletiva sob liderança norte-americana (MOURA, 1990).

Diante desse cenário, os países do Cone Sul elaboraram respostas distintas à hegemonia estadunidense. A Argentina, entre 1933 e 1945, optou por uma neutralidade ativa e por uma diplomacia de resistência às pressões pan-americanistas co-

mandadas pelos Estados Unidos. Essa estratégia, conhecida na literatura como “diplomacia da obstrução”, consistiu em retardar decisões coletivas, formular contrapropostas e preservar margens de autonomia, mesmo ao custo do isolamento regional (TOURON, 2001; DONGHI, 1986). Conforme os registros oficiais da Cancillería Argentina (1945), a delegação manteve a postura de neutralidade ativa, retardando decisões e apresentando contrapropostas para proteger a autonomia nacional. A recusa em romper relações com o Eixo até 1945, justificada pela preservação de interesses políticos e econômicos, e a posição solitária na Conferência do Rio de Janeiro de 1942 traduzem essa política de contestação, dirigida “para cima”, isto é, contra a potência hegemônica, os Estados Unidos.

No Brasil, ao contrário, o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) adotou um alinhamento quase automático aos Estados Unidos, em chave do americanismo ideológico (PINHEIRO, 2004), inserindo-se na lógica da Guerra Fria e fundamentando sua política externa em um anticomunismo declarado (MOURA, 1990). Nesse contexto, a diplomacia obstrucionista não se dirigiu a Washington, mas sim à Argentina peronista, cujo projeto da “terceira posição” buscava articular uma via autônoma de integração regional, sem depender exclusivamente de EUA e URSS (REICHEL, 2023; DORATIOTO, 2022). O Brasil atuou como bloqueador sistemático de iniciativas argentinas, especial-

mente nas conferências interamericanas (Chapultepec, 1945; Rio, 1947; Bogotá, 1948) e nas tentativas de reativar o Pacto ABC (Argentina-Brasil-Chile), convertendo-se em aliado privilegiado dos Estados Unidos e contraponto direto a Buenos Aires.

Este artigo parte da noção de que, embora em momentos distintos, Argentina e Brasil protagonizaram duas formas de “dizer não” dentro do sistema interamericano. No primeiro caso, tratava-se de um “não” vertical, voltado à potência hegemônica; no segundo, de um “não” horizontal, voltado contra o vizinho regional, a Argentina de Juan Domingo Perón. A comparação desses dois episódios permite problematizar não apenas os limites da autonomia latino-americana diante da hegemonia norte-americana, mas também as disputas internas pela hierarquia regional no Cone Sul.

Com relação à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza histórico-interpretativa, orientada pelo método indutivo. O trabalho fundamenta-se na análise de fontes primárias, incluindo os relatórios das chancelarias do Brasil e da Argentina, atas das conferências pan-americanas (Chapultepec e TIAR, principalmente), discursos oficiais e artigos de jornais da época. Essas evidências são confrontadas com fontes secundárias sobre a temática da Guerra Fria e seus efeitos no subcontinente (MOURA, 1990; DORATIOTO, 2022; REICHEL, 2023; TOURON, 2001; DONGHI,

1986; ESCUDÉ, 1995). A estratégia combina categorização temática e comparação histórico-discursiva, identificando padrões de argumentação e de resistência. A triangulação entre documentos oficiais, registros jornalísticos e interpretações acadêmicas reduz vieses e fortalece a consistência da interpretação.

A originalidade do trabalho reside justamente em aproximar duas tradições de análise que, em geral, aparecem separadas na literatura, os estudos sobre a contestação argentina nas décadas de 1930 e 1940 e as análises sobre a obstrução brasileira ao peronismo no imediato pós-guerra. Ao articular essas experiências, entende-se a contestação como fenômeno relacional e multifacetado, que assume direções distintas conforme as pressões externas e as disputas regionais. A contribuição está em demonstrar que o sistema interamericano funcionava de forma seletiva: recompensava a obstrução que reforçava sua lógica e punia a contestação que a desafiava. Além disso, evidencia-se como o anticomunismo brasileiro operou como ponte entre legitimidade interna e inserção internacional, estruturando tanto a ordem doméstica quanto a diplomacia.

Dessa forma, o artigo revisita, em primeiro lugar, o debate acadêmico sobre contestação, autonomia e hegemonia no sistema interamericano, situando também a metodologia histórico-interpretativa que orienta a análise. Em seguida,

examina a experiência argentina de neutralidade ativa e resistência às pressões pan-americanistas entre 1933 e 1945 e, posteriormente, a postura obstrucionista do Brasil de Dutra diante do projeto peronista no imediato pós-guerra. A comparação desses dois percursos permite evidenciar como a contestação voltada ao hegemon e a obstrução dirigida ao vizinho regional produziram respostas assimétricas do sistema, revelando tanto os limites da autonomia latino-americana quanto os mecanismos seletivos de sua disciplinarização.

ESTADO DA ARTE E REFERENCIAL TEÓRICO

Os debates sobre contestação e autonomia no sistema interamericano têm se concentrado em torno de dois eixos principais: a experiência argentina entre 1933 e 1945 e a política externa brasileira do imediato pós-guerra. Embora ambos os casos sejam amplamente estudados de forma isolada, ainda são escassas as análises comparativas que buscam compreender suas convergências e divergências sob um mesmo enquadramento teórico. É em meio a esse espaço que se situa o presente artigo, ao propor uma leitura relacional entre a contestação e a obstrução, entendidas como estratégias distintas de resistência à hegemonia hemisférica.

No caso argentino, a literatura clássica destaca a chamada “diplomacia da obstrução”, caracterizada pela insistência em preservar a neutralidade frente à Segunda Guerra Mundial e resistir às pressões pan-americanistas. Lucía Sala de Touron (2001) descreve a postura argentina como “o ato de dizer não a todo um hemisfério”, enfatizando a dimensão representativa de uma contestação que contrariava a expectativa de solidariedade continental. Tulio Donghi (1986) interpreta essa escolha como parte de uma tradição de autonomia defensiva, em que a neutralidade funcionava como instrumento de política externa, mesmo diante dos custos de isolamento. Já Escudé e Cisneros (2000) vinculam a obstrução a uma matriz nacionalista mais ampla, em que a política externa se articulava a um projeto de desenvolvimento autônomo e soberano, sem interferências externas. Em contraponto, parte da produção norte-americana contemporânea retratou a neutralidade como indício de simpatias pelo Eixo, reforçando a narrativa da Argentina como país “desviante” do padrão hemisférico.

Em contraste, a literatura sobre o Brasil do governo Dutra (1946-1951) ressalta o alinhamento quase automático com os Estados Unidos e a adoção do anticomunismo como fundamento da política externa. Para Gerson Moura (1990), o país buscou inserir-se na lógica da Guerra Fria como aliado privilegiado de Washington, transformando

a segurança hemisférica em eixo de sua atuação internacional. Francisco Doratioto (2014) enfatiza que essa escolha significou renunciar a margens de autonomia, em troca de prestígio junto à potência hegemônica. Por sua vez, Reichel (2023) argumenta que, nesse movimento, o Brasil assumiu também uma função obstrucionista em relação à Argentina peronista, atuando para inviabilizar iniciativas de integração regional que escapassem à lógica bipolar. Essa interpretação é reforçada por Moreira (2024), que demonstra como o anticomunismo operava como ponte entre política interna e externa, servindo tanto para justificar a repressão doméstica quanto para legitimar o alinhamento internacional. A obstrução brasileira não pode ser entendida apenas como reflexo da rivalidade histórica com Buenos Aires, mas como componente de uma estratégia que visava reforçar o papel do Brasil como aliado confiável de Washington.

Do ponto de vista teórico, duas abordagens ajudam a interpretar esses fenômenos. O Realismo Periférico, formulado por Carlos Escudé (1995), parte da premissa de que Estados situados na periferia do sistema internacional tendem a adotar estratégias de adaptação às potências hegemônicas, minimizando riscos e maximizando benefícios. Embora desenvolvido a partir da experiência argentina, esse marco reflete tanto a contestação de Buenos Aires nos anos 1930-45 quanto o alinhamento do Brasil no imediato pós-guerra, permitin-

do situá-los como variações dentro de uma mesma lógica periférica.

Por outro lado, a Teoria Crítica das Relações Internacionais, representada no continente latino-americano por autoras como Tickner (2003), vem problematizar as assimetrias estruturais do sistema internacional e os discursos que legitimam tais hierarquias regionais. Nessa perspectiva, a contestação argentina e a obstrução brasileira podem ser interpretadas como práticas discursivas que reagiram à hegemonia norte-americana e também reproduziram, em maior ou menor medida, as lógicas de exclusão que sustentaram a ordem hemisférica.

A lacuna a ser preenchida por este artigo reside justamente na ausência de análises comparativas que articulem os dois casos sob um mesmo enquadramento teórico. Ao passo que a literatura sobre a Argentina enfatiza o “não” ao pan-americanismo, e os estudos sobre o Brasil de Dutra destacam o alinhamento com os Estados Unidos, pouco se tem discutido sobre como esses dois movimentos se entrelaçam no interior do sistema interamericano. A proposta deste estudo é contribuir para preencher essa lacuna, colocando lado a lado as estratégias de contestação argentina e de obstrução brasileira, evidenciando o que ambas revelam sobre os limites da autonomia latino-americana e os mecanismos seletivos

de disciplinarização presentes no contexto da Guerra Fria inicial.

A DIPLOMACIA DE CONTESTAÇÃO ARGENTINA (1933-1945)

A política externa argentina entre 1933 e 1945 constituiu uma das experiências mais consistentes de resistência à hegemonia norte-americana no sistema interamericano. Em um período marcado pela ascensão dos Estados Unidos e pela progressiva institucionalização da cooperação hemisférica, Buenos Aires manteve uma postura de neutralidade ativa e de contestação às pressões externas. Essa conduta não representava mera inércia, mas, como descreveu Lucía Sala de Touron, “um ato de dizer não a todo um hemisfério” (TOURON, 2001, p. 212, tradução nossa), expressão que resume o caráter deliberado da obstrução argentina diante do consenso continental.

A formulação da contestação argentina: doutrina, bases e práticas

O marco inicial da contestação remonta à VII Conferência Pan-Americana de Montevideú, em 1933, quando a delegação argentina defendeu com ênfase o princípio da não-intervenção e resistiu a propostas de maior coordenação hemisférica. Para Cervo e Bueno (2012), essa atitude expressa-

va a tradição de um nacionalismo defensivo que buscava assegurar espaços de decisão autônomos e evitar a subordinação a um projeto pan-americano liderado por Washington. Diferentemente de países como Brasil e México, que se mostravam mais dispostos ao alinhamento, a Argentina preservava margens de manobra por meio da resistência e distanciamento.

Durante a Segunda Guerra Mundial, essa postura foi reforçada pela opção pela neutralidade. Em 1942, na Conferência do Rio de Janeiro, Buenos Aires foi o único governo a rejeitar a resolução coletiva de ruptura das relações com Alemanha, Itália e Japão, consolidando a imagem de obstrucionista. Donghi (1986) interpreta essa conduta como uma forma de “autonomia defensiva”, voltada a maximizar margens de soberania em um ambiente internacional dominado por potências assimétricas. Escudé e Cisneros (2000) veem na contestação a expressão de uma matriz nacionalista persistente, enquanto Madrid (2013) ressalta o valor interno do discurso da neutralidade ativa como elemento de legitimação das elites militares e políticas argentinas.

Essa estratégia não teria sido possível sem respaldo material, Reichel aponta que,

A boa situação econômica, usufruída pelo país devido às reservas financeiras acumuladas durante a guerra, permitia que o governo concedesse uma série de benefícios à classe traba-

lhadora, elevasse expressivamente a qualidade de vida da população e, contrariando os interesses norte-americanos, nacionalizasse empresas estrangeiras (REICHEL, 2013, p.65).

Ao longo da guerra, a Argentina acumulou volumosas reservas internacionais com a exportação de produtos agrícolas, especialmente trigo e carne bovina, o que lhe permitiu manter políticas de nacionalismo econômico, nacionalizações estratégicas e uma agenda de industrialização. Essa conjuntura favorável possibilitou sustentar a neutralidade e resistir por mais tempo às sanções e pressões norte-americanas (RAPOPORT, 1997).

Custos, isolamento e reinserção condicionada

A contestação argentina não esteve isenta de custos significativos. Para os Estados Unidos, a neutralidade de Buenos Aires evidenciava ambiguidade ideológica e até simpatia pelo fascismo, percepção amplificada pela imprensa internacional e, sobretudo, pela brasileira. Documentos da Cancillería Argentina (1945) indicam que o governo estava ciente do isolamento diplomático que resultaria da manutenção da neutralidade, mas priorizou a preservação da autonomia nacional. No imediato pós-guerra, a Argentina era vista em Washington como um parceiro pouco confiável, cuja reintegração ao sistema hemisférico dependeria de concessões adicionais (MOURA, 1990).

A batalha simbólica foi intensa, a imprensa latino-americana frequentemente caracterizava o peronismo como uma ameaça híbrida, por ser caráter “autoritário” e *anti-core*. No Brasil, jornais ligados aos Diários Associados (REICHEL, 2013) retratavam Perón ora como herdeiro do nazismo, ora como aliado do comunismo. Em 1946, um editorial afirmava que “a revolução já está nas ruas de Buenos Aires e demais cidades argentinas. Falta apenas que alguém a conduza até a Casa Rosada, para felicidade da Argentina e a necessária tranquilidade da América” (REICHEL, 2013, p. 75). Essa retórica alarmista alimentava a legitimação da obstrução brasileira e reforçava a centralidade do alinhamento hemisférico.

No plano econômico, os limites logo se impuseram, houve a queda do preço internacional do trigo, o boicote comercial norte-americano e os custos crescentes do justicialismo que pressionaram as contas públicas. Bem como destaca Reichel (2013, p. 69), “o custo da política social peronista - chamada pelo próprio Perón de justicialismo -, associado à deterioração dos termos de intercâmbio e às restrições dos Estados Unidos [...] provocou um déficit nos cofres públicos e sobrecarregou o setor empresarial nacional”. Ainda assim, o apoio popular ao regime se manteve robusto, impulsionado pela atuação de Eva Perón e pela retórica de dignidade nacional.

A reinserção no sistema internacional deu-se apenas em 1945, quando, diante da derrota iminente da Alemanha, o governo Farrell declarou guerra ao Eixo, aderiu à Ata de Chapultepec e participou da Conferência de São Francisco (que deu origem à Organização das Nações Unidas). Doratioto (2022) observa que essa adesão tardia foi condicionada, limitando a influência argentina na nova ordem. Ao manter-se isolada por tanto tempo, Buenos Aires reduziu sua capacidade de liderança no Cone Sul, convertendo a contestação em um fardo mais do que em ativo diplomático (GOMES, 2016).

A diplomacia de contestação argentina preservou margens de soberania formal e fortaleceu a legitimidade interna do regime, mas teve como contrapartida o isolamento regional e a desconfiança internacional. Essa experiência revela os dilemas dos Estados médios periféricos ao passo que resistir ao hegemon pode garantir autonomia, mas tende a limitar a capacidade de projetar liderança. Ao final da guerra, a Argentina emergia com reservas robustas e discurso altivo, mas sem condições de pautar a arquitetura hemisférica em formação, espaço que seria ocupado pelo Brasil no imediato pós-guerra.

A DIPLOMACIA OBSTRUCIONISTA BRASILEIRA (1946–1951)

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil atravessava uma transição delicada, a queda do Estado Novo, em 1945, e a promulgação da Constituição de 1946 abriram espaço para uma democracia representativa ainda tutelada pelas Forças Armadas, em que o anticomunismo se tornava elemento central de legitimação e de promulgação de ideologia. Nesse contexto, a política externa do então presidente Eurico Gaspar Dutra assumiu um alinhamento fiel com os Estados Unidos, vinculando-se diretamente à lógica emergente da Guerra Fria (MOURA, 1990).

O alinhamento ideológico e a lógica da Guerra Fria

A aproximação com Washington não se limitou a convergências pragmáticas, mas assumiu, com profundidade, um caráter ideológico. Pinheiro (2004) distingue entre um americanismo pragmático, que buscava vantagens materiais, e um americanismo ideológico, que se apoiava em afinidades políticas e doutrinárias. Dutra se insere nesse segundo padrão, o alinhamento não era apenas estratégia conjuntural, mas entendido como princípio, naturalizado como extensão da luta entre

“civilização e barbárie” - o Ocidente cristão contra o socialismo ateu.

Tal alinhamento ideológico materializou-se em múltiplas frentes. No plano militar, a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), que foi inspirada no modelo estadunidense, consolidou a americanização de setores estratégicos das Forças Armadas (MOURA, 1990). Como registrado nos documentos do Arquivo Eurico Dutra (1945, p. 2429), do CPDOC, o governo priorizou o alinhamento com Washington, consolidando políticas de defesa hemisférica e anticomunismo. No plano diplomático, a assinatura do TIAR em 1947 e a participação ativa na Conferência de Bogotá, em 1948, reafirmaram a adesão do Brasil à lógica da segurança hemisférica sob tutela de Washington (DORATIOTO, 2022). Cervo e Bueno (2012) observam que esse movimento significou a renúncia a margens de autonomia em troca de prestígio imediato junto à potência hegemônica.

O anticomunismo tornou-se o elo entre a política externa e a política doméstica, Reichel (2013) aponta como a retórica da Guerra Fria foi mobilizada para legitimar tanto a repressão a sindicatos e partidos de esquerda quanto o estreitamento das relações bilaterais com os Estados Unidos. A política externa de Dutra “renunciava à autonomia em troca de prestígio junto à potência hegemônica”, subordinando a política externa bra-

sileira a critérios de lealdade política (MOREIRA, 2024, p.57).

Esse enquadramento encontrou eco em um Brasil que acabara de sair da guerra ao lado - vitorioso - dos Aliados. A participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante sua campanha da Itália, embora limitada em termos estratégicos, foi interpretada como ativo político capaz de elevar o status internacional do país (MOURA, 1990). Dutra acreditava que esse esforço militar e diplomático abria margens ao Brasil para pleitear contrapartidas materiais, sobretudo financiamentos para projetos de industrialização. Essas expectativas não se confirmaram, ao passo de que iniciativas como o pedido de crédito ao Eximbank para a construção de refinarias foram negadas, revelando os limites da chamada “aliança especial” (MOURA, 1990; CERVO & BUENO, 2012; GOMES, 2016).

O anticomunismo, portanto, funcionou como cimento em meio a uma democracia tutelada. A cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1947, a repressão aos sindicatos e a narrativa da defesa do Ocidente evidenciam como a ideologia externa se entrelaçava ao controle político interno. Pinheiro (2004) sintetiza essa inflexão ao observar que, no governo Dutra, a política externa não era apenas instrumento, mas foi, na verdade, parte constitutiva da ordem política doméstica e das estruturas nacionais.

A obstrução ao peronismo e os limites da autonomia

Se em relação aos Estados Unidos o Brasil se mostrava aliado dócil, diante da Argentina de Perón a postura foi de uma obstrução sistemática. O projeto da “terceira posição”, que buscava uma via autônoma entre capitalismo e socialismo, era visto como ameaça direta ao protagonismo brasileiro no Cone Sul (REICHEL, 2013; GOMES, 2016). A reação foi clara e direta, bloquear iniciativas de integração lideradas por Buenos Aires e enfraquecer a projeção internacional do peronismo.

A obstrução foi construída em diferentes arenas, com destaque na participação das conferências. Em Chapultepec (1945), ainda no fim do governo Vargas, o Brasil alinhou-se integralmente à agenda norte-americana, isolando a Argentina. Segundo os registros do Arquivo Eurico Dutra (1946, p. 2745), o Brasil adotou medidas de obstrução sistemática às propostas argentinas de integração regional, mantendo a primazia brasileira no Cone Sul. Na Conferência do Rio (1947), com a assinatura do TIAR, consolidou-se a estratégia de reforçar a defesa coletiva contra o comunismo e enfraquecer a liderança alternativa peronista. Em Bogotá (1948), por sua vez, a delegação brasileira apoiou de forma decisiva a criação da OEA, enquanto Buenos Aires tentava inserir salvaguardas para sua autonomia (VIDIGAL, 2015; MORGEN-

FELD, 2010; LOURENÇO NETO, 2015). Gerson Moura (1990) ressalta que cada uma dessas conferências serviu não apenas para estreitar laços com os Estados Unidos, mas também para reduzir as margens de ação dos argentinos.

A imprensa brasileira teve papel central nesse processo de acirramento entre brasileiros e argentinos, assim como demonstrado por Reichel (2013, p.65),

O conteúdo dos textos apresentava as críticas norte-americanas ao governo de Perón, acusando-o de proteger remanescentes do fascismo e de não cumprir suas obrigações referentes à cooperação interamericana.⁹ Eram publicados, também com destaque, artigos de jornalistas norte-americanos que apontavam a necessidade de a Argentina juntar-se à política de unidade hemisférica comandada pelos Estados Unidos e o empecilho que Perón significava para o sucesso da mesma.

Assim, veículos como os Diários Associados publicavam editoriais que associavam o peronismo ora ao nazismo, ora ao comunismo, criando um imaginário de ameaça latente e multifacetada (REICHEL, 2013). Gomes (2016) observa que essa retórica ajudava a consolidar a imagem de um Brasil defensor da ordem ocidental contra inimigos internos e externos, reforçando sua pretensão de liderança regional.

O pano de fundo dessa disputa incluía ainda a questão dos imigrantes alemães, presente sobretudo no Sul do Brasil, essa população foi vista pelos Estados Unidos e pelos próprios brasileiros como fator de vulnerabilidade e potencial infiltração nazista (VIDIGAL, 2015; REICHEL, 2023). Durante a guerra, o governo Vargas reprimiu manifestações culturais e associativas dessas comunidades; já no período Dutra, o discurso anticomunista convergiu para reposicionar o Brasil como aliado confiável, capaz de vigiar “ameaças internas” e se diferenciar da Argentina, que era acusada de simpatias fascistas devido à sua neutralidade prolongada (MOURA, 1990; CERVO & BUENO, 2012). A política brasileira não apenas se alinhava ao hegemon, mas oferecia-se como parceira disciplinadora dentro do panorama sul-americano.

Apesar dos ganhos imediatos em prestígio, os resultados foram limitados. A obstrução argentina não se converteu em liderança regional duradoura nem em contrapartidas econômicas relevantes. Ao bloquear o projeto peronista, o Brasil reforçava sua inserção junto a Washington, mas consolidava também a lógica da dependência hemisférica. O saldo foi paradoxal, com o Brasil apresentando-se como ator central na política continental, mas tendo sua margem de autonomia estreita e suas expectativas de desenvolvimento frustradas (VIANNA, 2014).

A política externa de Dutra se apoiou em dois pilares complementares, o alinhamento ideológico aos Estados Unidos (PINHEIRO, 2004), estruturado pelo anticomunismo, e a obstrução ao protagonismo argentino. O primeiro lhe garantiu prestígio internacional imediato, mas sem contrapartidas econômicas significativas; o segundo assegurou primazia no Cone Sul, mas às custas da integração regional. Ao fim, o Brasil emergiu como parceiro estratégico de Washington, porém em posição subordinada, com autonomia comprometida e dependência reforçada.

DOIS “NÃOS”, UM SISTEMA

A Argentina de 1933-45 e o Brasil de 1946-51 disseram “não” dentro do mesmo arranjo interamericano, mas apontando para direções distintas. Buenos Aires contestou para cima - enfrentando a potência hegemônica -; o Rio de Janeiro obstruiu para o lado - bloqueando o vizinho que buscava autonomia. De acordo com o documento oficial da Cancillería Argentina (1945), a delegação manteve uma postura consistente de neutralidade ativa, retardando decisões e propondo salvaguardas para preservar a autonomia nacional. O resultado é, de certo modo, esperado dentre as estruturas do sistema internacional, a ordem hemisférica tolerou muito pouco a contestação vertical e premiou a obstrução horizontal que a reforçava. O

sistema interamericano, portanto, não foi apenas o palco dessas estratégias; foi o mecanismo que definiu seus custos e recompensas (MOURA, 1990; CERVO & BUENO, 2012; REICHEL, 2013).

Alvo do não e racionalidade estratégica

A Argentina construiu sua contestação olhando para cima, desde Montevideu (1933), o país insistiu na defesa da soberania e da não intervenção, resistindo a iniciativas de coordenação hemisférica que ampliariam a influência dos Estados Unidos na região (DONGHI, 1986). Essa postura ganhou força na Conferência do Rio (1942), quando o governo de Buenos Aires foi o único a recusar o rompimento com o Eixo. Esse gesto foi interpretado como um “não” a todo o hemisfério, sendo expressão máxima de uma diplomacia que buscava preservar margens de autonomia frente à hegemonia.

A recusa argentina estava amparada por uma tradição nacionalista que enxergava na aproximação automática com os Estados Unidos um risco de subordinação. Rapoport (2000) observa que a neutralidade se inscrevia numa trajetória de busca por desenvolvimento autônomo, em que a política externa não podia ser reduzida a simples alinhamento estratégico. Essa conduta fazia parte de um padrão de contestação periférica, no qual resistir à potência era visto como imperativo de

soberania e de preservação de seus poderes (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000).

O Brasil de Dutra, por outro lado, direcionou sua obstrução para o lado, ou seja, horizontalmente destinada. O alinhamento a Washington foi quase automático, consolidado no TIAR (1947) e na OEA (1948). O alvo, nesse caso, era o vizinho argentino. Moura (1990) e Reichel (2013) confluem ao apontar que Brasília via no peronismo um desafio à primazia brasileira no Cone Sul, remontando, até mesmo, às rivalidades históricas entre os países. Em vez de dizer “não” ao hegemom, o Brasil disse “não” ao projeto alternativo da terceira posição, utilizando sua aproximação com os Estados Unidos para reforçar sua autoridade regional.

Instrumentos, arenas e discursos

Os recursos mobilizados por Buenos Aires e pelo Rio foram diferentes. A Argentina utilizou a neutralidade como ferramenta, retardando consensos e apresentando contrapropostas em conferências pan-americanas. Conforme os registros oficiais (CANCILLERÍA ARGENTINA, 1945) e os documentos do Arquivo Eurico Dutra (1946, p. 2744), ambos os países mobilizaram recursos distintos para influenciar as decisões interamericanas, mas com objetivos opostos. A diplomacia argentina se especializou em atrasos deliberados e manobras

procedimentais, uma forma de obstrução institucionalizada. Essas escolhas eram possíveis porque o país acumulava reservas durante a guerra, o que dava margem de manobra para enfrentar pressões externas, sem abalar de imediato a economia nacional (RAPOPORT, 1997).

O repertório era sustentado por um discurso de soberania, Madrid (2013) destaca que a neutralidade ativa servia também como elemento de coesão interna, reforçando a ideia de que a Argentina se mantinha independente de pressões externas. A imprensa local, em sintonia, exaltava a dignidade de manter distância do hegemon, mesmo quando isso implicava isolamento. O vocabulário da neutralidade, portanto, não se restringia apenas à retórica, mas estruturava a identidade política do período, reforçando uma ideia de nacionalismo que, mais uma vez, aumentava a desconfiança dos norte-americanos.

O Brasil seguiu outra lógica, com a diplomacia de Dutra. Esta esteve comprometida em institucionalizar a ordem hemisférica, entre Chapultepec (1945), Rio (1947) e Bogotá (1948), o país defendeu resoluções que reforçavam a liderança de Washington e esvaziavam alternativas argentinas. Propostas como a reativação do Pacto ABC foram vistas com desconfiança, pois competiam com a centralidade buscada pelo Brasil (DORATIOTO, 2014; BRIGOLA & DE ALBUQUERQUE, 2021).

A retórica utilizada para legitimar foi o anti-comunismo, a linguagem da Guerra Fria serviu para conectar política externa e repressão interna. Os jornais (regionais e de maior alcance) descreviam o peronismo ora como fascista, ora como comunista, criando a percepção de que Buenos Aires representava uma ameaça dupla (REICHEL, 2023). Assim, o Brasil se apresentava como defensor da civilização ocidental, enquanto a Argentina era retratada como um corpo estranho no hemisfério, servindo de alerta para penetrações de pensamentos e ideologias alheios aos desejados.

Custos, benefícios e efeitos regionais

A contestação argentina teve custos elevados. A neutralidade prolongada fez com que a Argentina fosse progressivamente isolada nas esferas diplomática e econômica. Sua reinserção no sistema hemisférico foi condicionada, especialmente nas conferências de Chapultepec (1945) e no Rio de Janeiro (1947), onde a Argentina, devido à sua postura isolacionista, foi tratada com desconfiança e marginalizada. Moura (1990) e Doratioto (2022) destacam que essa posição restringiu as margens de manobra da Argentina no Cone Sul, dificultando sua capacidade de liderança regional. Apesar disso, a neutralidade também proporcionou ganhos internos. A retórica de soberania de Perón, apoiada em divisas da guerra, consolidou políticas de

industrialização e garantiu legitimidade às Forças Armadas, que viam na autonomia uma maneira de preservar a soberania nacional e reforçar a identidade nacional (RAPOPORT, 1997). No entanto, a capacidade da Argentina de influenciar as dinâmicas regionais foi significativamente reduzida, tendo sua figura abalada.

O Brasil colheu ganhos políticos imediatos, com a proximidade estratégica com Washington. A aliança com os EUA garantiu prestígio e papel de destaque nas conferências interamericanas, e o país se posicionou como um sub hegemon disciplinador dentro do sistema interamericano (CERVO & BUENO, 2012; LOURENÇO NETO, 2017). No entanto, como destaca Moura (1990), esses ganhos não se traduziram em liderança regional efetiva. O Brasil esperava contrapartidas econômicas significativas, especialmente após sua participação na guerra com a Força Expedicionária Brasileira (FEB), mas suas expectativas foram frustradas, o que expôs as limitações da dependência externa do Brasil (MOURA, 1990). Enquanto o país fortaleceu seu prestígio diplomático, perdeu autonomia estratégica e não conseguiu impor um modelo de desenvolvimento regional que fosse vantajoso para suas ambições.

O saldo para a América Latina, portanto, foi ambivalente. A Argentina manteve sua autonomia, mas o isolamento e a fragilidade diplomática resultaram em dificuldades em exercer liderança regio-

nal (ESCUDE, 1995). O Brasil consolidou seu papel de aliado privilegiado de Washington, mas a subordinação a interesses externos comprometeu sua autonomia futura. Nenhuma das duas estratégias resultou em uma integração positiva ou o fortalecimento coletivo da região. O que se impôs foi uma hierarquia regional que privilegiava, por fim, os Estados Unidos, sendo o Brasil um instrumento disciplinador e a Argentina à margem dessa dinâmica, sem conseguir articular seu projeto alternativo de integração regional alheio ao sistema hegemônico (GOMES, 2016; REICHEL, 2013).

O que a comparação revela sobre o sistema interamericano

A leitura conjunta dos dois casos permite uma conclusão que se mostra evidente, o sistema interamericano recompensava obstruções que reforçavam sua lógica e punia contestações que a ameaçavam. O tentar se distanciar da influência dos EUA e adotar uma neutralidade prolongada, enfrentou sanções e isolamento diplomático. O Brasil, ao se alinhar com Washington e bloquear o projeto peronista, foi incorporado como uma engrenagem utilizada para disciplinar os demais, uma peça útil ao hegemon que garantiu a estabilidade da ordem regional (REICHEL, 2013; GOMES, 2012). Essa assimetria, no entanto, não foi ocasional, mas estrutural. A autonomia, no contexto interameri-

cano, era tolerada apenas quando não desafiava os interesses dos Estados Unidos. A capacidade de ser soberano na região foi condicionada ao alinhamento estratégico com os EUA.

Essa constatação tem implicações analíticas profundas. Primeiramente, revela que a autonomia deve ser entendida como uma prática relacional, não uma conquista individual. Cisneros e Escudé (2000) destacam que Estados médios, como Brasil e Argentina, possuem escolhas limitadas, encaminhando a contestar a potência hegemônica ou alinhar-se a ela para bloquear rivais regionais. O que os dois países vivenciaram foi a dura realidade de que, mesmo no contexto de contestação, o custo de se alinhar ou bloquear rivais periféricos era elevado e difícil de escapar. A contestação vertical, como a da Argentina, resultou inevitavelmente em isolamento político e redução da influência regional. A obstrução horizontal, como a do Brasil, levou a um preço elevado de dependência estrutural, ao se tornar uma peça subordinada dentro do sistema de segurança hemisférica dominado pelos EUA.

Vianna (2014) também reforça essa leitura ao afirmar que a incompatibilidade das políticas regionais do Brasil e da Argentina não se tratava apenas de divergências ideológicas, mas de um jogo de interesses estruturais em que o Brasil foi integrado ao sistema interamericano como subor-

dinado, mas essencial à manutenção da ordem sob a hegemonia dos EUA.

O contraste entre esses dois caminhos evidencia o caráter disciplinador que buscava pregar o sistema interamericano. Ao premiar o Brasil e punir a Argentina, o arranjo hemisférico não só reforçou sua própria reprodução, mas também consolidou uma hierarquia de poder onde a autonomia periférica era tolerada apenas quando não desafiava o hegemom. A solidariedade continental, longe de funcionar como um mecanismo de cooperação, operava como uma linguagem de controle, gerando um ambiente onde a subordinação à potência hegemônica se tornava uma necessidade estrutural, não uma escolha (MOURA, 1990).

A comparação entre as estratégias de contingência de ambos os países expõe a falácia da integração hemisférica proposta pelo sistema interamericano. O Brasil, ao bloquear o projeto peronista, e a Argentina, ao tentar distanciar-se da polarização da Guerra Fria, mostraram que nenhuma das duas vias levou a um fortalecimento coletivo da América Latina. Como Gomes (2016) bem sintetiza, a região seguiu presa à lógica de dependência, com o Brasil e a Argentina tomando decisões fundamentalmente condicionadas por pressões externas, sendo incapazes de forjar uma liderança regional independente.

A análise comparativa nos permite afirmar que o sistema interamericano, longe de ser um

espaço de cooperação igualitária, funcionava, e ainda funciona, como um mecanismo de controle hierárquico, ao passo de que qualquer atitude fora do esperado poderia resultar em retaliações. A independência periférica era tolerada somente quando não desafiava a ordem estabelecida, com o Brasil funcionando como agente disciplinador e a Argentina sendo marginalizada por tentar construir um modelo de integração autônoma. O resultado foi a perpetuação de uma estrutura de subordinação nas relações interamericanas, onde a dependência de Washington prevaleceu como força motriz da política regional. O Cone Sul perdeu, assim, a oportunidade de construir um projeto regional com maior autonomia e solidariedade entre os países da América Latina.

CONCLUSÃO

A análise da contestação argentina (1933-1945) e da obstrução brasileira (1946-1951) permite compreender de maneira mais precisa os limites e as possibilidades da autonomia latino-americana no interior do sistema interamericano. Partimos da hipótese de que, enquanto a Argentina disse “não” de forma vertical, enfrentando diretamente a hegemonia norte-americana, o Brasil disse “não” de forma horizontal, bloqueando a alternativa regional representada pelo peronismo. A comparação entre esses dois momentos históricos revelou uma

resposta assimétrica do sistema interamericano: o sistema punia a contestação e premiava a obstrução, reforçando assim a ordem regional estabelecida sob a liderança dos Estados Unidos.

A contestação argentina, expressa na neutralidade ativa e na recusa de romper com o Eixo até 1945, foi sustentada por reservas econômicas, apoio militar e um discurso de soberania. Essa estratégia gerou ganhos internos de legitimidade e coesão, mas resultou em isolamento diplomático e em uma reintegração condicionada ao sistema internacional do pós-guerra. O “não” vertical, embora coerente com a tradição nacionalista argentina, revelou-se insustentável frente à lógica disciplinadora do sistema interamericano (MOURA, 1990; REICHEL, 2013).

O Brasil de Dutra, por outro lado, alinhou-se automaticamente a Washington e concentrou sua obstrução na contenção do projeto peronista. O discurso anticomunista, a institucionalização do TIAR e da OEA, além da deslegitimação da Argentina na imprensa, configuram uma diplomacia obstrucionista eficaz em termos táticos, mas limitada em termos estratégicos. Os dividendos imediatos de prestígio junto ao hegemon não se traduziram em liderança regional nem em benefícios econômicos consistentes (CERVO & BUENO, 2012). O “não horizontal”, embora premiado no curto prazo, desgastou as margens de autonomia no longo prazo.

O contraste entre as estratégias de contestação e obstrução revela uma regra simples: a autonomia no sistema interamericano não é absoluta nem universal, mas sim relacional e direcional. Contestá-la verticalmente traz custos severos; pois leva a isolamento diplomático e a perda de influência regional; obstruí-la horizontalmente, como o Brasil fez, gera recompensas temporárias, mas aprofundam a dependência estrutural. A análise comparativa entre a contestação argentina e a obstrução brasileira contribui para a compreensão de como ambas as estratégias, embora divergentes, serviram para reproduzir a ordem hemisférica e limitar alternativas de integração autônoma no Cone Sul. O Cone Sul perdeu, assim, a oportunidade de construir um projeto regional próprio, mais autônomo e menos submisso aos interesses dos Estados Unidos.

A originalidade deste estudo reside em aproximar dois episódios geralmente tratados de forma isolada, mostrando como, por caminhos distintos, ambos ilustram os dilemas da autonomia na periferia do sistema internacional. Essa comparação contribui para uma reflexão mais profunda sobre o caráter disciplinador da ordem hemisférica e sobre os mecanismos que moldaram as trajetórias de Brasil e Argentina no século XX. Além disso, evidencia-se a dinâmica de como o sistema interamericano se estruturou para manter a dependên-

cia aos Estados Unidos, mesmo diante de tentativas de autonomia regional.

Por fim, este trabalho contribui para a compreensão das estratégias de contestação e obstrução no sistema interamericano. Entretanto, fica claro que o caráter de autonomia dos países latino-americanos ainda precisa ser mais aprofundado. A pesquisa mostrou como as alternativas de integração e a resistência à hegemonia têm gerado diferentes resultados ao longo da história. Futuras investigações podem explorar de maneira mais detalhada como a autonomia regional pode ser alcançada de forma mais eficaz, levando em conta os desafios estruturais pelos quais os países da América Latina enfrentam em suas relações com as potências externas.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. **Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto**. Memoria de la Cancillería Argentina 1944–1945. Buenos Aires: Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, 1945. Disponível em: <https://cancilleria.gob.ar/>. . Acesso em: 09 set. 2025.

BRIGOLA, Higor Ferreira; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. O Plano de Segurança Hemisférico (TIAR) na Guerra Fria e a Geopolítica Brasileira. In: SILVA, Ivanor Nunes da; OLIVEIRA, Fabiano Lemes

de (Orgs.). **Geopolítica, Relações Internacionais e Defesa na América Latina**. Dourados: Editora UFGD, 2021. p. 279–301. Disponível em: <https://omp.ufgd.edu.br/livrosabertos/catalog/download/109/229/510?inline=1>. Acesso em: 03 set. 2025.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. rev. ampl., 1ª reimpressão. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

CISNEROS, A.; ESCUDÉ, C. **Historia general de las relaciones exteriores de la Republica Argentina**. Grupo Editor Latinoamericano, 2000

DONGHI, Tulio Halperín. **La Argentina y la tormenta del mundo**. Buenos Aires: Ariel, 1986.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **A geopolítica platina da Argentina na Segunda Guerra Mundial**. História (São Paulo), v. 41, p. e2022024, 2022.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014. 190 p. ISBN 978-85-7631-510-0.

DUTRA, Eurico Gaspar. ED vp 1945.07.28. Vida Pública. **Arquivo Eurico Dutra**. Fundação Getulio Vargas. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_ed_vp&pagfis=2429. Acesso em: 8 set. 2025.

DUTRA, Eurico Gaspar. ED vp 1945.07.28. Vida Pública. **Arquivo Eurico Dutra**. Fundação Getulio Vargas. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_ed_vp&pagfis=2431. Acesso em: 8 set. 2025.

DUTRA, Eurico Gaspar. ED vp 1946.00.00. Vida Pública. **Arquivo Eurico Dutra**. Fundação Getulio Vargas. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_ed_vp&pagfis=2744. Acesso em: 8 set. 2025.

ESCUDÉ, Carlos. Un enigma la irracionalidad argentina frente a la Segunda Guerra Mundial. **EIAL - Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, [S. l.], v. 6, n. 2, 1995. DOI: 10.61490/eial.v6i2.1192. Disponível em: <https://eialonline.org/index.php/eial/article/view/1192>. Acesso em: 2 set. 2025.

GOMES, Daniel Costa (2016). **A imposição do alinhamento: a política externa dos governos Dutra e Vargas (1946-1954)**. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais, apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) (Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Lessa).

LOURENÇO NETO, Sydenham. A Conferência do Rio de Janeiro e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca: Conflitos na construção do sistema interamericano. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica** [online]. 2015, 7(3), 473-489. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337341518004>. Acesso em: 06 set. 2025.

LOURENÇO NETO, Sydenham. Entre Chapultepec e o Rio de Janeiro: o “problema argentino”, o Livro Azul e suas repercussões. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, [S. l.], n. 22, p. 231–257, 2017. DOI: 10.46752/anphlac.22.2017.2699. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/2699>. Acesso em: 2 set. 2025.

MADRID, Eduardo. Argentina, Brasil, Estados Unidos y la Segunda Guerra Mundial. In: JORNADAS INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, 14., 2013, Mendoza. **Anais [...]**. Mendoza: Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Le-

tras, Universidad Nacional de Cuyo, 2013. Disponível em: <https://www.aacademica.org/000-010/404>. Acesso em: 2 set. 2025.

MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. O Anticomunismo na Política Externa Brasileira no século XX: Da Primeira República ao governo Dutra. **Conjuntura Austral**, [S. l.], v. 15, n. 72, p. 47–59, 2024. DOI: 10.22456/2178-8839.142105. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/142105>. Acesso em: 2 set. 2025.

MORGENFELD, Leandro Ariel. **Del TIAR a la OEA**: Argentina, Estados Unidos y el sistema interamericano. CONfines relacion. internaci. ciencia política, Monterrey, v. 6, n. 12, p. 13-49, dic. 2010.

MOURA, Gerson. **Alinhamento sem recompensa**: um estudo sobre a política externa do governo Dutra (1945-1949). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1990.

PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira: 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

REICHEL, Heloisa Jochims Sob os olhos da águia: imagens da Argentina peronista na imprensa brasileira dos primeiros anos da Guerra Fria (1946-1955). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, [S. l.], n. 7,

2013. DOI: 10.46752/anphlac.7.2008.1381. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/1381>. Acesso em: 7 set. 2025.

TICKNER, J. Ann. **Seeing IR differently**: Notes from the Third World. *International Studies Quarterly*, v. 47, n. 4, p. 1-18, 2003.

TOURON, Lucía Sala de. **Historia de las Relaciones Internacionales de América Latina**. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2001.

VIANNA, Sérgio Besserman. **Política econômica externa e industrialização**, 1946-1951. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p. 105-120.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. **A rivalidade Brasil-Argentina e a Guerra Fria** DOI10.5216/o.v14iespecial.30385. *OPSIS*, Goiânia, v. 14, n. Especial, p. 185–204, 2015. DOI: 10.5216/o.v14iEspecial.30385. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/Opsis/article/view/30385>. Acesso em: 02 set. 2025.